



CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO

ORGÃO DE DEFESA DO IDOSO

1
2
3
4

1 Ata da Assembleia Geral Ordinária do Conselho Municipal do Idoso – CMI, realizada
2 em 10 de junho de 2014. Ao décimo dia do mês de junho de dois mil e quatorze, às 9:00
3 horas, na Casa de Participação Comunitária, situada na Avenida Rei Alberto I, número 119,
4 no bairro da Ponta Praia, em Santos/SP, com a participação dos conselheiros, para de
5 acordo com o edital de convocação publicado no Diário Oficial de Santos em ... de junho de
6 2014, deliberar a seguinte ordem do dia: **ITEM I- Apreciação e deliberação da Ata da**
7 Assembleia Geral Ordinária de 13 de maio de 2014 ; Item II- Informes Gerais da
8 Diretoria Executiva; Item III- Relato das Câmaras; Item IV- Atribuições do CMI Perante as
9 denúncias de Violência Contra o Idoso Item V- Composição da Comissão Especial e
10 definição de data da Conferência Municipal do Conselho do Idoso.VI- Assuntos Gerais.

11 A presidente Eliza Montrezol inicia a assembleia dando boas vindas a todos e todas. A
12 conselheira Sra. Cleuza relata que não concorda com a atitude da conselheira Rainisa de
13 filmar a Assembleia e pergunta a presidente e a plenária se essa atitude é correta. A
14 conselheira Cristina Camargo responde que para filmar as pessoas é necessário ter um
15 Termo de Consentimento, um documento assinado. A conselheira Flávia Valentino afirma
16 que usar a imagem particular de uma pessoa sem autorização é cabível de um processo. A
17 conselheira Rainisa reata que não filma nenhuma pessoa em específico, não coloca nada
18 mídia, não expõe as imagens e que depois desgrava tudo, mas concorda que deve ter
19 autorização. A presidente sugere fazer uma votação sobre a filmagem das reuniões, em
20 votação 14 conselheiros votam contra a filmagem e 02 abstinências, deliberado a não
21 filmagem da assembleia, porém explica que quando algum conselheiro quiser ouvir a
22 gravação feita pelo conselho ela estará disponível é só solicitar. A conselheira Rosana
23 Gomes explica que a memória da reunião é da diretoria executiva e do conselho ela vai
24 compor e auxiliar na tarefa da elaboração da ata, o direito de imagem é algo sério e precisa
25 ser preservado. A conselheira Rainisa pede desculpas por sua honestidade de ter mostrado
26 a câmara e fala que poderia ter gravado sem ninguém perceber. O conselheiro e vice
27 presidente Fabio Solito explica que as reuniões são públicas, a gravação é ato da casa, é
28 registro do conselho, e sempre esta a disposição, porém a utilização indevida de imagem é
29 crime. Item I - A conselheira e 1ª secretária Maria Aparecida faz a leitura da ata que após
30 algumas considerações é deliberada e aprovada. O conselheiro Sr. João Inocência fala sobre
31 a Lei Intermunicipal sobre a gratuidade de ônibus a partir de 60 anos, que foi aprovada em
32 outubro de 2013 e esta aguardando regulamentação ,foi dado um prazo de seis
33 meses, portanto o prazo já se esgotou e gostaria que esse conselho cobrasse a aplicação
34 dessa Lei. O conselheiro Fabio Solito explica que na verdade essa é uma Lei Estadual que
35 reduz a gratuidade para 60 anos. A colaboradora Lucy Freitas fala sobre a homenagem que
36 recebeu, a Medalha Quintino de Lacerda pelo trabalho realizado com a população de rua e
37 que nesse momento compartilha com todos. **Item II- Informes Gerias,** a presidente fala sobre
38 a reunião que ocorreu no dia 28 de maio neste conselho sobre o Fundo Municipal do Idoso
39 com a presença do Sr. Wilney Fraga membro da Secretária de Finanças, fala que vieram
40 poucos conselheiros porém, a reunião foi bastante esclarecedora. A conselheira Dulce relata
41 que a presença do Sr. Wilney foi muito importante, conseguimos um grande parceiro para
42 nos ajudar, é alguém que conhece é do ramo deu dicas importantes de como se pode fazer
43 captação de recursos, na verdade conseguimos um grande parceiro nessa questão do Fundo
44 Municipal do Idoso. O conselheiro Fabio Solito relata acreditar que essa capacitação foi
45 importante para todos que puderam participar. A colaboradora Lucy Freitas fala sobre a
46 necessidade da criação de uma Câmara Financeira para fazer acompanhamento de tudo que

5
6
7
8



CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO

ORGÃO DE DEFESA DO IDOSO

47for relacionado ao Fundo. O conselheiro Fabio Solito fala que a Câmara financeira é válida,
48mas para um momento mais adiante, quando já estiver tudo pronto, quando o Fundo já
49estiver consolidado, a legislação fala que quando envolve verba pública no caso do Fundo
50que já tem uma verba inicial de \$ 100.000,00 é necessário que se faça prestação de contas
51nos moldes dos tribunais de contas, e para isso existe uma tecnicidade específica. A Câmara
52Financeira pode ser criada para acompanhamento e fiscalização dessas contas, que na
53realidade é atribuição deste conselho. A presidente relata que esse foi só o primeiro encontro
54e sugeri que devemos nos apropriar de todos os conhecimentos possíveis em relação ao
55Fundo, pois assim fica muito mais fácil a comunidade de Santos entender e participar,
56lembrando que aqui em Santos temos aproximadamente 80.000 idosos e que dependendo
57do período do ano pode chegar a 100.000 idosos, precisamos enquanto Conselheiros ser
58muito participativos, vamos discutir a melhoria da qualidade de vida dos idosos. O
59conselheiro Fabio Solito informa sobre a licitação do carro, o processo está na 3ª Câmara de
60licitação da Prefeitura em fase final, e pode ser acompanhado pela internet acreditamos que
61esse processo de licitação se encerre até a primeira quinzena de julho, e em relação ao
62Fundo estamos na fase do convênio com o banco do Brasil. A presidente informa que a Sra.
63Luciana conseguiu material sobre os 10 anos do Conselho Nacional sobre Direito do Idoso,
64relata que é muito interessante são textos de pessoas que participaram dessa construção. A
65conselheira Flávia Valentino entrega a presidente material que trouxe do Conselho Estadual
66e Nacional. A presidente agradece e informa que o SOS Idosos representa este Conselho no
67Conselho Estadual do Idoso na suplência. **Item III- Relato das Câmaras, Legislação** o
68conselheiro Edson justifica a ausência dos conselheiros Paulo e Luiz Carlos (Bacalhau) e
69relata que a Câmara está tratando do Regimento Interno deste Conselho e do Regulamento
70do Fundo Municipal, solicita aos conselheiros que estudem as Legislações e Resoluções
71para melhor entendimento nas reuniões da Câmara. A presidente sugere ao conselheiro
72Edson que coloque no Portal dos Conselhos a Legislação vigente sobre o Conselho.
73Conselheiro Paulo Henrique da Câmara de Planejamento informa que a data da próxima
74reunião da câmara foi alterada, mas já foi enviada para a Luciana informa também que o
75local das reuniões passou para o Fundo de Solidariedade por conta da dificuldade que
76alguns conselheiros estavam tendo em relação ao estacionamento, as reuniões serão
77sempre as segundas quintas feiras no período da tarde. A Conselheira Cristina Camargo da
78Câmara de Fiscalização informa que as visitas continuam sendo realizadas as quais nos
79mostram que existem situações preocupantes acontecendo dentro das ILPIS- Instituições de
80Longa Permanência, por exemplo em uma delas o proprietário proíbe servir aos idosos sucos
81e frutas, outra ILPI com convênio com a Prefeitura trabalha há anos sem Certificado deste
82Conselho, encontramos também idosos institucionalizados contra sua própria vontade, falta
83de alimentação, enfim o trabalho é árduo. Relata que foi realizada uma reunião com a
84Vigilância Sanitária, e foi firmada uma parceria, a próxima reunião será com o Conselho de
85Nutrição. Sra. Alice representante do Conselho Regional de Psicologia relata que o Conselho
86pode estar junto nas fiscalizações desde que a ILPI tenha psicólogos trabalhando no local. O
87conselheiro Fabio Solito relata que esteve em uma reunião da saúde, e ouviu o Dr. Walter
88Makoto médico da Vigilância Sanitária o qual elogiou o trabalho das técnicas da Câmara de
89Fiscalização. A conselheira Flávia Valentino informa que existem profissionais que trabalham
90em mais de três ILPIS, no Conselho Nacional do Direito do Idoso uma das maiores
91preocupações da representante nacional de gerontologia é uma atividade que esta
92acontecendo no Brasil, o excesso de curatelas solicitadas pelos donos das ILPIS os quais

9
10
11
12



CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO ORGÃO DE DEFESA DO IDOSO

93 também fazem seguro de vida do idoso sendo eles os beneficiados, e fala que este Conselho
94 deve estar atento. A conselheira Cristina Camargo relata que este Conselho precisa ter uma
95 estrutura melhor, temos uma demanda grande de relatórios, ofícios, contatos e não temos
96 sala, estamos trabalhando em uma garagem. A conselheira Maria Aparecida relata que há
97 alguns anos atrás este Conselho emitia Certificados as ILPIS por tempo Indeterminado, e
98 que algumas Instituições do nosso município que hoje estão sem a documentação exigida,
99 mas que precisam do certificado para obter verbas Municipal, Estadual ou Federal acabam
100 fazendo uso do Certificado que receberam naquela época que é esse por tempo
101 Indeterminado, relata que é preciso revogar esses Certificados. O conselheiro Fabio Solito
102 sugere para próxima assembleia a deliberação da revogação de todos os Certificados por
103 tempo indeterminado. A presidente concorda com a sugestão e fala que se estamos
104 levantando problemas é porque estamos trabalhando certo, estamos fazendo o Controle
105 Social, e solicita que a Câmara de Legislação traga para próxima Assembleia a forma de
106 revogação de todos os Certificados por tempo Indeterminado, e só terão Certificados as
107 ILPIS que forem fiscalizados pela nossa Câmara de Fiscalização, pois estão falando em
108 nosso nome usando Certificações que não existem e se as ILPIS estão mandando seus
109 advogados discutirem conosco seus Contratos de Prestação de Serviços é porque estamos
110 no caminho certo, trabalhando corretamente, cumprindo nosso papel, tenham certeza que
111 nós não vamos admitir idosos sem alimentação. A conselheira Flávia Valentino sobre o
112 excesso de Curatelas, sugere contato e parceria com a OAB para se estabelecer uma
113 discussão com eles sobre esse excesso de curatelas, é necessário que tenha uma Lei, mas
114 acredita que deve partir da OAB. A presidente relata que realmente aqui no nosso município
115 não existia culturalmente fiscalizações da forma que está sendo feita atualmente, isso desde
116 a última gestão desse Conselho. Item IV- A presidente relata que precisamos ler o Estatuto
117 do Idoso na forma que ele se apresenta, precisamos discuti-lo cuidadosamente, pois o
118 Conselho Municipal do Idoso está no mesmo nível do Ministério Público, Delegacia do Idoso,
119 recebemos aqui denúncias da Saúde e o que fazemos, encaminhamos para SEAS, porque
120 nós não somos gestores, somos articuladores de Políticas Públicas, precisamos orientar para
121 as pessoas saberem para onde devem se dirigir, e isso não é uma discussão simples é um
122 processo. A colaboradora Lucy relata que sem o conhecimento do SUAS e do SUS fica
123 difícil. A presidente fala que já existe uma reunião marcada com a SEAS para o dia 16/06,
124 mas já sabe que existe a necessidade de uma profissional aqui no conselho para fazer o
125 acolhimento das denúncias, temos também problemas estruturais, falta de uma sala, de
126 computadores. O conselheiro Fábio Solito relata que este conselho tem 22 anos e que nunca
127 foi construído um Fluxo de Atendimento para Idosos, tem que se ter consciência que não se
128 constrói um fluxo rapidamente é um processo. **Item V-** A presidente traz a proposta de
129 começarmos a trabalhar com a data da Conferência Municipal do Idoso para 26/11 e sugere
130 que cada Câmara encaminhe conselheiros para participar da Comissão Organizadora da
131 Conferência, e que na próxima Assembleia nomeamos as pessoas. A conselheira Flávia
132 Valentino relata que os conselheiros foram embora, porém eles terão que ter respeito pelos
133 que ficaram e depois não reclamarem do que foi deliberado. **Item VI** – Assuntos gerais, a
134 conselheira Rainisa relata que conversou com a Sra. Adriana CMAS – Conselho Municipal
135 de Assistência Social, a qual disponibilizou uma de suas salas do CMAS apenas para
136 fazermos nossas reuniões da Câmara de Fiscalização, porque sempre que temos reunião
137 dessa câmara esta sala esta ocupada. E nada mais havendo a tratar eu Maria Aparecida de
138 Souza Costa secretariei os trabalhos e assino presente ata juntamente com a presidente.

13
14
15
16
139
140
141
142
143
144
145
146
147
148



CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO

ORGÃO DE DEFESA DO IDOSO

Eliza Montrezol
Presidente

Maria Aparecida de S. Costa
1ª Secretária